

# TIPOS DE CONTRATO

## »» QUESTÃO 1

O princípio da liberdade das partes garante a máxima liberdade contratual para os contratantes. Assim, os contratantes podem e têm direito a decidir de maneira livre sobre quais são os seus interesses que se farão presentes nas cláusulas; é claro, desde que esteja conforme o disposto na legislação em vigor. Este princípio está relacionado a qual(is) tipo(s) de contrato?

Todos os tipos de contrato



Contrato de compra e venda



Contrato de locação



### ♦ JUSTIFICATIVA

Os contratos fazem parte da vida de todos. Ao comprar um celular, você aceita um contrato, ou seja, um acordo entre as partes. Ao pagar pelo ingresso de um filme no cinema, você também aceita alguns termos. Na sociedade capitalista, é essencial prezar pela liberdade e segurança dos acordos em concordância. É um desejo mútuo garantir que as suas cláusulas sejam cumpridas. A teoria geral dos contratos funciona para determinar as regras que devem ser seguidas, de maneira geral. Ela existe para determinar os elementos básicos e os princípios que devem estar presentes em todos os acordos. Assim, o princípio da liberdade está intrínseco a todos os tipos de contrato.

### ♦ REFERÊNCIA

PRATA, Ana. **A tutela constitucional da autonomia privada**. Coimbra: Almedina, 1982, p. 11.  
SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Responsabilidade Civil no Código do Consumidor e a Defesa do Fornecedor**. 3a edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 33

## »» QUESTÃO 2

Qual é o tipo de contrato no qual deve haver o registro ou a tradição para que seja realizada a transferência da propriedade do bem, móvel ou imóvel?

Contrato de compra e venda



Contrato de seguro



Contrato de locação



### ♦ JUSTIFICATIVA

A assinatura do contrato de compra e venda pelas partes contratantes por si só não gera a transferência da propriedade da coisa objeto do contrato, pois a transferência da propriedade dos bens móveis se dá pela tradição e dos bens imóveis se dá por meio do registro em cartório, obtido após lavratura de escritura pública.

### ♦ REFERÊNCIA

Artigo 1.267 do Código Civil: “*A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição*”.  
Artigo 1.245 do Código Civil: “*Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. § 1o. Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel*”.

## »» QUESTÃO 3

Contrato que autoriza uma das partes a retomar o bem para uso próprio. Qual é esse tipo de contrato?

Contrato de locação



Contrato de compra e venda



Contrato de empréstimo



### ♦ JUSTIFICATIVA

O locador pode retomar seu imóvel se for para uso próprio, de seu cônjuge ou companheiro, ou para uso residencial de ascendente ou descendente que não disponha, assim como seu cônjuge ou companheiro, de imóvel residencial próprio.

### ♦ REFERÊNCIA

Art. 47, III, Lei 8.245/1991

## »» QUESTÃO 4

Tipo de contrato regido pelos princípios da norma mais favorável, da primazia da realidade; da irrenunciabilidade de direitos e da inalterabilidade contratual lesiva. Esses são elementos inerentes a qual tipo de contrato?

Contrato de trabalho



Contrato administrativo



Contrato de empréstimo



### ♦ JUSTIFICATIVA

As relações trabalhistas são regidas por princípios próprios, tais como: princípio da norma mais favorável ao trabalhador, ou seja, em caso de conflitos de normas, prevalecerá sempre aquela mais favorável ao trabalhador; princípio da primazia da realidade, ou seja, numa relação de trabalho, prevalece a relação cotidiana sobre o contrato; princípio da irrenunciabilidade de direitos, justamente para proteger os trabalhadores contra coações e medidas que visam burlar os direitos trabalhistas; e a inalterabilidade contratual lesiva, isto é, o empregador não pode alterar as cláusulas do contrato de trabalho se for em detrimento do trabalhador ou de seus direitos.

### ♦ REFERÊNCIA

DELGADO, Maurício Godinho. **Princípios do Direito de Trabalho**. São Paulo: Revista LTR, 1995, p. 25–45.  
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 57–68.

## »» QUESTÃO 5

Qual é o tipo de contrato que obriga uma das partes a devolver o bem objeto do contrato, ao final, no mesmo estado em que o recebeu?

Contrato de locação



Contrato de compra e venda



Contrato de seguro



### ♦ JUSTIFICATIVA

O contrato de locação obriga o locatário a restituir o bem, finda a locação, no estado em que o recebeu.

### ♦ REFERÊNCIA

Art. 23, III, Lei 8.245/1991.



>> QUESTÃO 6

Os contratos, em geral, podem ser classificados como unilaterais (quando criam obrigações para apenas uma das partes contratantes), bilaterais (quando originam impactos e direitos/deveres para ambos os contratantes) e plurilaterais (quando geram efeitos para várias pessoas envolvidas no contrato, não apenas os contratantes). Um exemplo de contrato que costuma ser bilateral é o:

- Contrato de locação✔
- Contrato de mandato✗
- Contrato de fiança✗

✦ JUSTIFICATIVA

A teoria geral dos contratos foi pensada justamente para promover a segurança dos próprios contratos firmados entre pessoas ou empresas. Ela existe para regrar as exigências que o capitalismo faz quando o assunto é determinar quais características terá um acordo entre as partes envolvidas, cujo objetivo é estipular, eliminar ou modificar um direito. Assim, de acordo com a finalidade do contrato e das pessoas envolvidas, os contratos podem ser unilaterais, bilaterais ou plurilaterais. O contrato de locação é bilateral porque origina impactos e direitos/deveres para ambos os contratantes.

✦ REFERÊNCIA

Artigo 22 e seguintes da Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991 (Lei do inquilinato).  
DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, Vol. 3 – Teoria das Obrigações Contratuais e Extracontratuais. 27a edição, Editora Saraiva, São Paulo, 2011

>> QUESTÃO 7

Subordinação, pessoalidade e não-eventualidade são elementos intrínsecos a qual tipo de contrato?

- Contrato de trabalho✔
- Contrato de locação✗
- Contrato de prestação de serviços✗

✦ JUSTIFICATIVA

Subordinação, pessoalidade e não-eventualidade são elementos fático-jurídicos que fazem parte das relações de emprego, por isso estão intrínsecos aos contratos de trabalho. Subordinação tem relação com o cumprimento de ordens pelo empregado; pessoalidade é um elemento que indica que aquele empregado não é substituído por outra pessoa em seu emprego enquanto a não-eventualidade indica a frequência de trabalho, mostrando que se trata de um vínculo contínuo e não-eventual.

✦ REFERÊNCIA

Art. 3o da CLT: “*Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário*”  
*Parágrafo único - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.*  
SANTOS, Letícia Gomes. **Reconhecimento de vínculo empregatício de trabalhadores mediados por aplicativos: o desafio da melhor compreensão dos elementos fático-jurídicos da pessoalidade e da não-eventualidade.** 2022.

>> QUESTÃO 8

Vontade livre das partes, coisa e preço. Esses são elementos inerentes a qual tipo de contrato?

- Contrato de compra e venda✔
- Contrato administrativo✗
- Contrato de empréstimo✗

✦ JUSTIFICATIVA

A vontade livre das partes, a coisa e o preço são elementos constitutivos do contrato de compra e venda, sem os quais o contrato não se aperfeiçoa. A vontade das partes refere-se ao livre consentimento sobre a coisa e o preço a ser contratado. O preço deve ser expresso em dinheiro e ajustado livremente pelos contratantes. Além disso, deve ser certo, determinado ou determinável, de modo que não se admite a indeterminabilidade absoluta do preço. A coisa é o objeto do contrato, que pode ser qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial. Também pode ser atual ou futuro, contudo, é necessário que o bem seja comerciável, isto é, passível de ser vendido por uma pessoa e adquirido por outra.

✦ REFERÊNCIA

Artigos 481 a 504 do Código Civil.

>> QUESTÃO 9

Os contratantes necessitam respeitar certos requisitos e princípios, como o princípio da boa-fé, para que um determinado contrato possua aptidão para produzir efeitos na realidade factual e jurídica. Isso vale para:

- Todos os tipos de contrato✔
- Contrato de trabalho✗
- Contrato de compra e venda✗

✦ JUSTIFICATIVA

O princípio da boa-fé contratual mostra-se como um grande norteador do Direito, pois visa proteger as partes de uma determinada relação, e possui vital importância na realização dos contratos em geral, visto que o contrato ser “lei” entre as partes independente de “boa-fé”. Todo contrato deve respeitar e observar o que chamamos de “função social do contrato” (e não função particular), que nada mais é do que uma limitação da autonomia da vontade, ou seja, da liberdade dos(as) contratantes, e tem o objetivo de proteger as pessoas vulneráveis naquele contrato (como por exemplo, o consumidor), vedar a onerosidade excessiva ou o desequilíbrio contratual, e também garantir a dignidade humana e os direitos da personalidade, gerando nulidade de cláusulas abusivas. Já a autonomia de vontade (e não dependência de vontades), consiste na livre escolha de contratar, ou seja, ninguém será obrigado a contratar com outrem contra sua vontade. A segunda repercussão está na liberdade contratual.

✦ REFERÊNCIA

GOMES, Orlando. **Contratos**. 26a Edição. Editora Forense e Gen: Rio de Janeiro, 2008.  
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. Vol. 3: Contratos e Atos Unilaterais. 9a Edição. Editora Saraiva: São Paulo, 2012.

>> QUESTÃO 10

Exigência de celebrar contrato solene sob a forma de escritura pública em caso de valores superiores a trinta vezes o salário-mínimo vigente no país. Essa exigência compreende qual tipo de contrato?

- Contrato de compra e venda✔
- Contrato de empréstimo✗
- Contrato de trabalho✗

✦ JUSTIFICATIVA

Para contratos de compra e venda de imóveis com valores superiores a trinta vezes o salário-mínimo vigente no país, é necessário que sua realização seja feita sob a forma de escritura pública.

✦ REFERÊNCIA

Artigo 108 do Código Civil: “*Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no País*”.